

**UM OLHAR SOBRE
O REINO DO CONGO
RESTAURADO**

Alexandre Almeida Marcussi

Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo

O reino do Congo é um dos territórios mais bem estudados do continente africano no período anterior à ocupação colonial europeia do século XIX. Isso se deve sobretudo a uma razão: no final do século XV, a elite dirigente do Congo se converteu ao catolicismo, adotando a religião como culto oficial do Estado, o que deu origem a uma profícua relação diplomática com os portugueses e com outras potências marítimas europeias, bem como a constantes atividades missionárias na região, resultando na produção de uma vasta massa documental. O reino do Congo foi uma das principais potências políticas com as quais os portugueses travaram relações na costa africana, e sua adoção do catolicismo representa uma importante oportunidade de investigação da complexidade dos contatos culturais decorrentes desse contexto. Mesmo assim, a historiografia que se ocupou do tema abordou principalmente os séculos XVI e XVII, considerados os períodos de auge do poder político e econômico congues, relegando para um segundo plano o século XVIII, tido como uma época de fragmentação e desorganização política.

É exatamente essa lacuna que o livro *Muana Congo, muana Nzambi a Mpungu*, de Thiago Sapede, preenche de forma oportuna e instigante. Enfrentando a escassez de fontes referentes ao período setecentista, o autor traça um panorama da cultura política do reino do Congo no período “pós-restauração”, que se estende após a reocupação da capital do reino, São Salvador, em 1709, realizada na sequência de um longo período de guerras civis. Resultante da dissertação de mestrado do autor, defendida em 2012 na Universidade de São Paulo, o livro toma como material de análise os relatos de três missionários que atuaram na região entre os anos de 1769 e 1795: os franciscanos Rafael Castelo de Vide e Cherubino de Savona e o capuchinho Raimundo de Dicomano. Por meio da análise dessas fontes, Thiago Sapede busca compreender as dinâmicas do poder político no Congo do final do século XVIII, bem como o papel ocupado pela religião católica junto às elites do reino.

A hipótese do autor é a de que as estruturas políticas e administrativas do Congo sofreram uma transformação importante na passagem do século XVII para o XVIII, mas estas não resultaram necessariamente em “fragmentação” política, ao contrário do que a historiografia sobre o período tem sugerido. Antes, o autor evidencia a emergência de um novo modelo de organização política, em que as relações entre a capital de São Salvador e as “províncias” continuavam tendo importância simbólica fundamental, a despeito da independência administrativa, econômica e militar dos territórios. Para o autor, dualismos simplistas como “dependência/independência” ou “centralização/fragmentação” mostram-se insuficientes para avaliar a situação política do Congo pós-restauração, na qual o rei representava uma referência simbólica imprescindível mas não tinha autoridade administrativa e fiscal.

No século XVIII, a elite política e administrativa do reino era constituída pelos chamados “*muana Congo*” ou “infantes”, que advinham de um reduzido número de famílias que descendiam diretamente do rei Afonso I, monarca responsável pela cristianização e centralização política do reino no século XVI. Sapede evidencia como os *muana Congo* legitimavam seu poder por meio de um discurso de rememoração de sua ascendência, retomando constantemente a figura de Afonso I como ancestral fundador. Nesse contexto, ganhavam centralidade os signos da religião católica, introduzida no

reino por Afonso I, que eram dramatizados pela elite como símbolos de seu poder e sua autoridade política. Receber missionários, portar os hábitos da Ordem de Cristo, ostentar o sacramento do batismo e do matrimônio e escrever em português eram os sinais que permitiam aos muana Congo reafirmar sua ascendência comum e seu pertencimento a uma ordem política dos “tempos gloriosos” de Afonso I.

Nesse sentido, no final do século XVIII, o catolicismo deixara há muito de ser uma tradição cultural estrangeira no Congo, tornando-se um símbolo da cultura política daquela região, de modo que os agentes eclesiásticos europeus passaram a ser instrumentalizados pela elite local para corroborar um discurso que era essencialmente congues. Em alguns pontos, chega-se mesmo a ter a impressão de que o autor subestima o entendimento que os missionários tinham a respeito da política local, bem como o seu grau de autonomia diante da elite conguesa, parecendo que eles não passavam de joguetes inconscientes nas mãos dos muana Congo. Ainda que soe levemente exagerada em algumas passagens, a interpretação condiz com a perspectiva assumida pelo autor (em consonância com a historiografia recente sobre a África), que tende a enfatizar o protagonismo dos agentes históricos africanos como forma de questionar interpretações eurocêntricas da história do continente. Em vez de ser uma história sobre como os missionários europeus disseminaram a cristandade no Congo, o livro se apresenta como uma narrativa sobre como a classe dirigente do reino instrumentalizou os missionários para promover seus interesses políticos.

Do ponto de vista metodológico, Sapede alinha-se à orientação de John Thornton, que rejeita a projeção, sobre o passado congues, de materiais etnográficos colhidos no século XX, preferindo limitar-se exclusivamente às informações extraídas das fontes históricas. Trata-se de um interessante e árduo exercício de rigor metodológico, que, no entanto, implica limitações interpretativas importantes. O autor é cuidadoso o bastante para evitar uma reconstrução meramente factual dos contextos (da qual padece a obra de Thornton em alguns momentos)¹, mas a restrição às fontes produzidas por europeus – que compreendiam as sociedades locais de forma insuficiente, ou não tinham interesse em descrever suas particularidades – nem sempre torna possível ultrapassar o plano empírico e desvendar as categorias estruturais que ordenavam a sociedade do Congo. O livro dá conta de rejeitar convincentemente a ideia de que o catolicismo teria sido um elemento “europeu” ou “estrangeiro” no Congo do século XVIII, evidenciando que ele se inseria perfeitamente em uma estrutura social e em uma ordem política especificamente local. O funcionamento concreto dessas estruturas tipicamente conguesas, no entanto, permanece relativamente incógnito devido ao caráter das fontes analisadas. Sendo assim, a importância da obra vincula-se menos ao desvendamento e descrição pormenorizada dessas estruturas, e mais à rigorosa constatação da complexidade desse contexto histórico, abrindo importantes possibilidades interpretativas para estudos futuros.

Cabe uma ressalva final a respeito da descuidada edição do livro. O texto apresenta revisão insuficiente, o que impõe dificuldades constantes na leitura e até prejudica o entendimento de alguns trechos. Um estudo como o de Thiago Sapede

¹ Cf., por exemplo, THORNTON, John K. *The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 1998; HEYWOOD, Linda M.; THORNTON, John K. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.



certamente teria merecido um trabalho de edição de texto mais cuidadoso por parte da editora Alameda.

É evidente, de qualquer forma, que isso não anula a qualidade da análise e a relevância da abordagem historiográfica do autor. *Muana Congo, muana Nzambi a Mpungu* é obra que consolida a participação brasileira na historiografia do continente africano e que abre diversos caminhos, questionando certezas e propondo problemas instigantes para os estudos africanos.

SAPEDE, Thiago Clemêncio. *Muana Congo, Muana Nzambi a Mpungu: poder e catolicismo no Reino do Congo pós-restauração (1769-1795)*. São Paulo: Alameda, 2014.

